

PUBLICAÇÃO ILLEGAL

IRMÃOS VIEIRA MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA
CNPJ nº 46.005.591/0001-90 - NIRE nº 35202092894
REGISTRO ARMAZÉM GERAL

REGULAMENTO INTERNO ARMAZÉM GERAL - A sociedade empresaria Irmãos Vieira Mudanças e Transportes Ltda, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE nº 35202092894, inscrita no CNPJ nº 46.005.591/0001-90, localizada no endereço Rua Doutor Elton Cesar nº 756, Chácaras Campos dos Amarais, na cidade de Campinas/SP, CEP: 13.082-025, ESTABELECE as normas que regerão sua atividade de Armazenamento de Mercadorias da seguinte forma: Artigo 1º. Serão recebidas em depósito mercadorias diversas que não possuem natureza agropecuária. Parágrafo Único. Serviços acessórios serão executados desde que possíveis e desde que não sejam contrários às disposições legais. Artigo 2º. A juízo da direção, as mercadorias poderão ser recusadas nos seguintes casos: I- quando não houver espaço suficiente para seu armazenamento; e II- se, em virtude das condições em que elas se acharem, puderem danificar as mercadorias já depositadas. Artigo 3º. A responsabilidade pelas mercadorias em depósito cessará nos casos de alterações de qualidade provenientes da natureza ou do acondicionamento daquelas, bem como por força maior. Artigo 4º. Os depósitos de mercadorias deverão ser feitos por ordem do depositante, do seu procurador ou do seu preposto e será dirigida à empresa, que emitirá um documento especial (denominado Recibo de Depósito), contendo quantidade, especificação, classificação, marca, peso e acondicionamento das mercadorias. Artigo 5º. As indenizações prescreverão em três meses, contados da data em que as mercadorias foram ou deveriam ter sido entregues, e serão calculadas pelo preço das mercadorias em bom estado. Artigo 6º. O inadimplemento de pagamento de armazenagem acarretará vencimento antecipado do prazo de depósito, com a adoção do procedimento previsto no artigo 10 e parágrafos do Decreto nº 1.102/1903. Condições Gerais: Os seguros e as emissões de warrants serão regidos pelas disposições do Decreto nº 1.102/1903. O pessoal auxiliar e suas obrigações, bem como o horário de funcionamento dos armazéns e também os casos omissos serão regidos pelos usos e costumes da praxe comercial, desde que não contrários à legislação vigente. 20 de Julho de 2022. Irmãos Vieira Mudanças e Transportes Ltda Vandre Marques - TARIFA REMUNERATÓRIA ARMAZEM GERAL - A sociedade empresaria Irmãos Vieira Mudanças e Transportes Ltda, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE nº 35202092894, inscrita no CNPJ nº 46.005.591/0001-90, localizada no endereço Rua Doutor Elton Cesar nº 756, Chácaras Campos dos Amarais, na cidade de Campinas/SP, CEP: 13.082-025 - Valores de todos os serviços relacionados a atividade de Armazém Geral: Parágrafo Primeiro - O preço a ser cobrado: Armazenagem Mensal - M3 (Cobrança Mínima 5M3) - R\$ 40,00; Armazenagem Mensal - Faturamento Mínimo - R\$ 200,00; Seguro de Armazenagem - Declaração de Próprio Punho ou Nota Fiscal - 0,50%; Movimentação Manual - Jornada Normal (7:30 às 17:18) - Valor Hora - R\$ 120,00; Movimentação Manual - Jornada Extraordinária (17:30 às 20:30) - Valor Hora - R\$ 240,00; Separação de Mercadorias - Jornada Normal (7:30 às 17:18) - Valor Hora - R\$ 120,00; Separação de Mercadorias - Jornada Extraordinária (17:30 às 20:30) - Valor Hora - R\$ 240,00 - Condições Gerais - Faturamento imediato após a entrada ou retirada da mercadoria; Prazo para pagamento 10 dias corridos após o faturamento; Serão cobrados sempre períodos completos entendendo-se que fração de período é considerado período integral. Parágrafo Segundo - As tarifas poderão ser alteradas a exclusivo critério da Irmãos Vieira Mudanças e Transportes Ltda, os reajustes serão registrado e publicados nos termos do artigo 1º parágrafo 3º do decreto estadual 1102/1903, respeitadas é claro aquelas aos períodos já contratados. 20 de Julho de 2022. Irmãos Vieira Mudanças e Transportes Ltda Vandre Marques - MEMORIAL DESCRITIVO/ DECLARAÇÕES ART. 1º, ITENS 1º a 4º DO DECRETO Nº 1.102/1903 - ARMAZEM GERAL - A sociedade empresaria Irmãos Vieira Mudanças e Transportes Ltda, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE nº 35202092894, inscrita no CNPJ nº 46.005.591/0001-90, localizada no endereço Rua Doutor Elton Cesar nº 756, Chácaras Campos dos Amarais, na cidade de Campinas/SP, CEP: 13.082-025. O CAPITAL da sociedade é de R\$ 1.375,00 (hum mil e trezentos e setenta e cinco reais) totalmente integralizado em moeda corrente do país. CAPACIDADE: A área de armazenagem do galpão: Capacidade da Área - 300 M2; Área de Pátio - 500 M2; Área de Armazenagem - 2500 M2. COMODIDADE: A unidade armazenadora apresenta condições satisfatórias no que se refere a estabilidade estrutural e funcional, com condições de uso imediato. SEGURANÇA: de acordo com as normas técnicas do armazém, consoante a quantidade e a natureza das mercadorias, bem como com os serviços propostos no regulamento interno e aprovados pelo profissional no laudo técnico. NATUREZA E DISCRIMINACAO DAS MERCADORIAS: Produtos e acessórios de terceiros em geral, mercadorias nacionais e estrangeiras. Não receberá mercadorias de natureza agropecuária, perigosa, inflamável ou que necessite de precaução especial. DESCRIÇÃO MINUCIOSA DOS EQUIPAMENTOS DO ARMAZEM CONFORME O TIPO DE ARMAZENAMENTO: Equipamentos/Qtd/Capacidade/Característica: Ponte Rolante/2/6 Ton Cada/Marca Rovelax; (Veículo Toco Bau Com Plataforma Elevatória/3/50M3-8.32 Ton Plataforma 2.5 Ton /Marca VW); (Veículo Toco Bau/1/50M3 - 8.32 Ton /Marca VW); (Veículo Toco Bau Com Plataforma Elevatória/1/25M3 - 5,06 Ton/Marca VW); (Veículo Toco Bau/1/25M3 - 5,06 Ton Plataforma 2.5 Ton/Marca VW); (Veículo Caminhonete Bau/1/15M3-1,80 Ton/Marca Renault); (Veículo Kombi/1/ 5M3-0,90 Ton/Marca VW); (Paleteiras Hidráulicas Manuais/5/2,5 Ton); (Paleteira Hidráulica com Balança/1/2,5 Ton Belenus); (Porta Paletes/7/200 KG/M2 para 2.100 M3/Marca Mecalex). OPERACOES E SERVICOS A QUE SE PROPOE: Armazenagem, guarda de conservação de mercadorias, conforme legislação dos armazens gerais vigente; Picking / Expedição; Preparação/unificação/desutilização de containers destinados ao mercado interno/externo, Transporte e distribuição. 20 de Julho de 2022. IRMAOS VIEIRA MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA Vandrê Marques. JUCESP Nº 61.836/23-0 EM 07/02/2023.Gisela Simiema Ceschin-Secretaria Geral.

Central Geradora Fotovoltaica Zebu Ltda.
CNPJ nº 26.674.439/0001-93 - NIRE 35232952051
9ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito: **EDP RENOVÁVEIS BRASIL S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 9º andar, CEP 04538-133, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJME sob o nº 09.334.083/0001-20, neste ato representada na forma do seu Estado Social (doravante denominada simplesmente “**EDP RENOVÁVEIS**”), única sócia da sociedade empresária limitada denominada **CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA ZEBU LTDA.**, com sede e foro legal na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 9º andar, sala 52, CEP 04538-133, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35232952051 e inscrita no CNPJME sob o nº 26.674.439/0001-93 (doravante denominada simplesmente “**Sociedade**”). Decide assim alterar o Contrato Social da sociedade, na forma do §2º do art. 1.072 do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10.01.2002), de acordo com as cláusulas, condições e estipulações abaixo pactuadas: **I. DA TRANSFORMAÇÃO DO TIPO SOCIETÁRIO:** 1.1 A única sócia decide aprovar a transformação da Sociedade de uma sociedade limitada para uma sociedade anônima, com alteração da denominação social para **CENTRAL SOLAR ZEBU I.S.A.**, sendo regida por seu Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/1976, conforme alterado (“**Lei das S.A.**”) e demais disposições legais aplicáveis. A Sociedade continuará a operar dentro do mesmo exercício social, atendidas as exigências fiscais e contábeis. 1.2 A única sócia decide aprovar a conversão de cada quota em 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal. Como consequência, o capital social da companhia, no valor de R\$ 3.599.032,00 (três milhões, quinhentos e noventa e nove mil e trinta e dois reais) passa a ser representado por 3.599.032 (três milhões, quinhentas e noventa e nove mil, e trinta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **II. DO ESTATUTO SOCIAL DA SOCIEDADE:** 2.1 A única sócia decide aprovar o Estatuto Social da Sociedade, em inteiro e presente ato como **Anexo I.**, a qual passará a reger a Sociedade a partir desta data. **III. DA ELEIÇÃO DOS DIRETORES DA SOCIEDADE:** 3.1 Ato contínuo, a Sócia decide aprovar a eleição, para compor a Diretoria da Sociedade, os Srs.: **(a) LUIS FERNANDO MENDOÇA DE BARROS FILHO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG nº 27.226.598-6, inscrito no CPF nº 251.408.188-25, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 9º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ocupando o cargo de **Diretor Presidente**; **(b) ANTONIO GARCIA RODENBURG DE MEDEIROS NETTO JUNIOR**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 27.888.572-X SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 223.125.088-85, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 9º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ocupando o cargo de **Diretor sem designação**; e **(c) RICARDO ALEXANDRE COELHO FERRAZ**, português, divorciado, engenheiro eletrotécnico, portador da Cédula de Identidade RNE nº V716785-C, inscrito no CPF/ME sob o nº 605.917.463-95, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 9º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ocupando o cargo de **Diretor sem designação**. 3.2 A sócia também decide consignar que os membros da Diretoria ora eleitos declaram, sob as penas da lei, que não estarão impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dele, ou de penas que vedem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peida ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, dessa forma não estando incluídos no disposto nos artigos 417 e 418 da Lei nº 6.404/1976, que os impeçam de exercer a atividade mercantil, estando cientes de que quaisquer crimes previstos em lei, ou que os impeçam de exercer a atividade mercantil, não serão considerados impedimentos para a assinatura de termos de posse no livro próprio nesta data e dispostos no **Anexo II**, da 3.4 Tendo em vista já desempenharem outras funções no grupo da Sociedade, com relação às quais já são remunerados, os Diretores da Sociedade não farão jus à percepção de remuneração adicional pelo exercício da administração da Sociedade, razão pela qual não será fixada remuneração global, nos termos do artigo 152 da Lei das S.A., para o exercício de 2022. **IV - DAS PUBLICAÇÕES DA SOCIEDADE:** 4.1 A única Sócia decide aprovar que as publicações oficiais da Sociedade sejam realizadas no jornal “Diário de Notícias”. Adicionalmente, deliberam os sócios que os Diretores eleitos realizem as publicações legais nos prazos previstos nas leis aplicáveis. **V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:** 5.1 Por fim, a única sócia da Sociedade dá por efetivamente transformada a sociedade empresária limitada em uma sociedade anônima, sob a denominação de “**CENTRAL SOLAR ZEBU I.S.A.**”, em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. E, por estarem juntos e contratados, assinam a 9ª Alteração do Contrato Social da Central Geradora Fotovoltaica Zebu Ltda. em 03 (três) vias de igual teor para todos os fins de direito. São Paulo, 13 de maio de 2022. **Sócia: EDP RENOVÁVEIS BRASIL S.A.** - Por Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Diretor; **EDP RENOVÁVEIS BRASIL S.A.** - Por Luis Fernando Mendoça de Barros Filho - Diretor; JUCESP/NIRE 3530059665-0 em 15/07/2022. JUCESP nº 362.825/2-1 em 15/07/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **ANEXO I - ESTATUTO SOCIAL - CAPÍTULO I - Denominação, Sede, Foro e Prazo de Duração: ARTIGO 1º** Sob denominação de **CENTRAL SOLAR ZEBU I.S.A.** (a “Companhia”) opera a sociedade anônima, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **ARTIGO 2º** A Companhia tem sede e foro na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º andar, Sala 52, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **PARÁGRAFO ÚNICO** - A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, arbir, transferir, e/ou encerrar filiais, agências, escritórios e representações e quaisquer outros estabelecimentos para a realização das atividades da Companhia, no Brasil ou em outro país da América do Sul. **ARTIGO 3º** A Companhia tem por objeto a produção, instalação, manutenção, operação e comercialização de energia elétrica, a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a produção de energia solar de origem e natureza solar dos projetos: UVF Zebu I, UVF Zebu II, UVF Zebu IV, UVF Zebu V, UVF Zebu VI, UVF Zebu VII, UVF Zebu VIII, a comercialização da energia gerada por estes empreendimentos, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. **CAPÍTULO II: Capital Social e Ações ARTIGO 5º** O capital social é de R\$ 3.599.032,00 (três milhões, quinhentos e noventa e nove mil, e trinta e dois reais), representado por 3.599.032 (três milhões, quinhentas e noventa e nove mil e trinta e duas) ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal. **PARÁGRAFO 1º** - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. **PARÁGRAFO 2º** - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **PARÁGRAFO 3º** - A propriedade de ações presumirá-se pela inscrição dos nomes dos acionistas no livro de “Registro das Ações Nominativas”. Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de “Transferência de Ações Nominativas”. Mediante solicitação de qualquer acionista, a Companhia deverá emitir certificados de ações. Os certificados de ações deverão ser assinados por 2 (dois) Diretores ou por 1 (um) Diretor juntamente com 1 (um) procurador legal com poderes especiais. **CAPÍTULO III: Assembleia Geral: ARTIGO 6º** A Assembleia Geral reunir-se-á, na forma da lei, ordinariamente dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social de cada ano. **ARTIGO 7º** Os acionistas poderão ser representados por outros acionistas ou procuradores. **ARTIGO 8º** Dependendo da aprovação de, no mínimo, metade das ações com direito a voto nos termos do artigo 136 da Lei das Sociedades por Ações, para deliberação sobre a Assembleia Geral da Companhia: (i) Aumento do capital social; (ii) Alteração do Estatuto Social da Companhia; (iii) Celebração de qualquer contrato relacionado à emissão de valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia; (iv) Resgate, amortização ou aquisição de ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (v) Aprovação das demonstrações financeiras anuais ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (vi) Alteração da política de dividendos da Companhia; (vii) Alteração dos direitos das ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (viii) Realização de Oferta Pública Inicial de ações de emissão da Companhia; (ix) Ingresso com pedido de recuperação judicial, falência, dissolução liquidação

Central Solar Pereira Barreto I.S.A.
CNPJ/ME nº 31.469.895/0001-31 - NIRE 35.300.534.158
Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2022

1. Data, Hora e Local: Aos 27 (vinte e sete) dias de dezembro de 2022, às 19h00min, na sede social da **CENTRAL SOLAR PEREIRA BARRETO I.S.A.** (“Companhia”), na Rodovia SP 563, sentido Pereira Barreto a Usina Três Irmãos, S/N, Zona Rural, CEP 15370-000, na Cidade de Pereira Barreto, Estado de São Paulo. **2. Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (LSA), por não estar presente a acionista que representa a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência da mesa o e secretário da reunião o Sr. **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior**. **4. Ordem do Dia:** Em Assembleia Geral Extraordinária: - Deliberar sobre: **(i)** a tomada de contas dos administradores, o exame, a discussão e a aprovação do balanço patrimonial e das demais demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(ii)** a destinação do resultado do exercício; e **(iii)** a fixação da remuneração global dos administradores da Companhia. Em Assembleia Geral Extraordinária: - Deliberar sobre: **(i)** a alteração de endereço da sede da Companhia e **(ii)** eleição de membro da Diretoria. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias, a acionista presente deliberou, sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Declarar ter recebido as contas da administração, o balanço patrimonial e demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e aprovar o relatório da administração, o balanço patrimonial e demonstrações financeiras referentes à tal exercício, os quais foram publicados no Jornal Diário de Notícias, no dia 31 de outubro de 2022, página 8, nos termos do Artigo 133, §3º da LSA, conforme publicação que segue anexa à presente ata. (ii) Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício de 2021, no montante de R\$ 10.941.510,27 (dez milhões, novecentos e quarenta e um mil, quinhentos e dez reais e vinte e sete centavos), da seguinte forma: (a) a quantia de R\$ 1.388.140,05 (um milhão, trezentos e oitenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) para abater das demonstrações acumuladas da Companhia de anos anteriores; (b) a quantia de R\$ 477.668,51 (quatrocentos e setenta e sete mil, seiscentos e sessenta e oito reais, e cinquenta e um centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do lucro líquido do exercício, será destinada à Conta de Reserva Legal da Companhia, nos termos do artigo 193, caput, da LSA; (c) a quantia de R\$ 2.268.925,43 (dois milhões, duzentos e sessenta e oito mil, novecentos e vinte e cinco reais e quatrocentos e trinta e sete centavos) correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do lucro líquido do exercício, será distribuída à acionista da Companhia a título de dividendos mínimos obrigatórios, a serem pagos à acionista na proporção de sua participação societária no capital social da Companhia. A acionista declara, ainda, que nenhuma retenção de imposto de renda será devida em relação ao montante pago pela Companhia a título de dividendos mínimos obrigatórios, consoante o disposto no artigo 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; (d) R\$ 6.806.776,23 (seis milhões, oitocentos e seis mil, setecentos e setenta e seis reais e vinte e oito centavos) serão destinados à Conta de Reserva de Retenção de Lucros da Companhia. (iii) Tendo em vista já desempenharem outras funções no grupo da Companhia, com relação às quais já são remunerados, os administradores da Companhia não farão jus à percepção de remuneração adicional pelo exercício da administração da Companhia, razão pela qual não será fixada remuneração global, nos termos do artigo 152 da LSA, para o exercício de 2022. Por fim, a acionista informa, neste ato, que em decorrência das alterações recentes do artigo 289 da LSA, introduzidas pela Lei nº 13.818/19, as publicações obrigatórias realizadas pela Companhia nos termos da legislação aplicável deixaram de ser realizadas nos órgãos oficiais, sendo mantidas as publicações em jornal de grande circulação no local da sede da Companhia. Sobre isso, a acionista informa que tais publicações passarão a ser feitas, a partir desta data, no jornal “Diário de Notícias”. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Tendo em vista a alteração do número de CEP do endereço atual da sede da Companhia, a acionista decide aprovar a alteração de endereço para que conste a nova numeração de CEP de Rodovia SP 563, sentido Pereira Barreto a Usina Três Irmãos, S/N, Zona Rural, CEP 15370-000, na Cidade de Pereira Barreto, Estado de São Paulo. Considerando a aprovação acima, a acionista aprova também a alteração da redação do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, que passará a redigir da seguinte maneira: **“Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na Cidade de Pereira Barreto, Estado de São Paulo, na Rodovia SP 563, sentido Pereira Barreto a Usina Três Irmãos, S/N, Zona Rural, CEP 15378-899.”** (ii) As acionistas aprovam a eleição, como membro da Diretoria da Companhia, da Sra. **Paula Ferraroto Dabello**, brasileira, casada, engenheira civil, portadora da Cédula de Identidade RG nº 68445302 inscrita no CPF/ME sob o nº 05129706960, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 9º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-133, para ocupar o cargo de **Diretor sem designação específica da Companhia**. (iii) A Diretoria ora eleita toma posse, nesta data, mediante a assinatura do Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento nos termos do Anexo II a esta ata, no qual declara sob as penas da lei, nos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, que (i) não se encontra impedida, por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peida ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; e (iii) não tem interesses conflitantes com os da Companhia. **(iv) Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, realberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. **Assinaturas: Mesa:** Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Presidente e Secretário. **Acionista:** EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior e Luis Fernando Mendoça de Barros Filho). Pereira Barreto, 27 de dezembro de 2022. **A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio.** Mesa: Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Presidente e Secretário. JUCESP nº 88.244/23-4 em 01/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO
AVISO DE EDITAL
Edital nº 41 de 03 de março de 2023.
Pregão Eletrônico nº 35/2023

Objeto: aquisição de ovos de páscoa para serem distribuídos aos estudantes das Unidades Escolares Municipais pertencentes à Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia e distribuídos às famílias atendidas pelos Equipamentos Sociais pertencentes à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - Abertura da sessão: 21/03/2023 às 09:00 horas - O edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.itaquaquecetuba.sp.gov.br ou www.comprasgovernamentais.gov.br e lidos os editais mediante entrega de 01 (um) CDR-ROM do tipo CDR-R-05, virgem e lacrado no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, sito à Av. Vereador João Fernandes da Silva nº 190, Vila Virgínia, Itaquaquecetuba - SP, nos dias úteis, no horário das 8:00 às 16:00 horas. Para maiores informações, estão disponíveis os seguintes telefones: (0xx11) 4640-1442 e 4642-1631. Mário Toyama - Secretário Municipal de Administração e Modernização Itaquaquecetuba, 03 de março de 2023

Central Geradora Fotovoltaica Zebu Ltda.
CNPJ nº 26.674.439/0001-93 - NIRE 35232952051
9ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito: **EDP RENOVÁVEIS BRASIL S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 9º andar, CEP 04538-133, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJME sob o nº 09.334.083/0001-20, neste ato representada na forma do seu Estado Social (doravante denominada simplesmente “**EDP RENOVÁVEIS**”), única sócia da sociedade empresária limitada denominada **CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA ZEBU LTDA.**, com sede e foro legal na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 9º andar, sala 52, CEP 04538-133, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35232952051 e inscrita no CNPJME sob o nº 26.674.439/0001-93 (doravante denominada simplesmente “**Sociedade**”). Decide assim alterar o Contrato Social da sociedade, na forma do §2º do art. 1.072 do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10.01.2002), de acordo com as cláusulas, condições e estipulações abaixo pactuadas: **I. DA TRANSFORMAÇÃO DO TIPO SOCIETÁRIO:** 1.1 A única sócia decide aprovar a transformação da Sociedade de uma sociedade limitada para uma sociedade anônima, com alteração da denominação social para **CENTRAL SOLAR ZEBU I.S.A.**, sendo regida por seu Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/1976, conforme alterado (“**Lei das S.A.**”) e demais disposições legais aplicáveis. A Sociedade continuará a operar dentro do mesmo exercício social, atendidas as exigências fiscais e contábeis. 1.2 A única sócia decide aprovar a conversão de cada quota em 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal. Como consequência, o capital social da companhia, no valor de R\$ 3.599.032,00 (três milhões, quinhentos e noventa e nove mil e trinta e dois reais) passa a ser representado por 3.599.032 (três milhões, quinhentas e noventa e nove mil, e trinta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **II. DO ESTATUTO SOCIAL DA SOCIEDADE:** 2.1 A única sócia decide aprovar o Estatuto Social da Sociedade, em inteiro e presente ato como **Anexo I.**, a qual passará a reger a Sociedade a partir desta data. **III. DA ELEIÇÃO DOS DIRETORES DA SOCIEDADE:** 3.1 Ato contínuo, a Sócia decide aprovar a eleição, para compor a Diretoria da Sociedade, os Srs.: **(a) LUIS FERNANDO MENDOÇA DE BARROS FILHO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG nº 27.226.598-6, inscrito no CPF nº 251.408.188-25, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 9º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ocupando o cargo de **Diretor Presidente**; **(b) ANTONIO GARCIA RODENBURG DE MEDEIROS NETTO JUNIOR**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 27.888.572-X SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 223.125.088-85, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 9º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ocupando o cargo de **Diretor sem designação**; e **(c) RICARDO ALEXANDRE COELHO FERRAZ**, português, divorciado, engenheiro eletrotécnico, portador da Cédula de Identidade RNE nº V716785-C, inscrito no CPF/ME sob o nº 605.917.463-95, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 9º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ocupando o cargo de **Diretor sem designação**. 3.2 A sócia também decide consignar que os membros da Diretoria ora eleitos declaram, sob as penas da lei, que não estarão impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dele, ou de penas que vedem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peida ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, dessa forma não estando incluídos no disposto nos artigos 417 e 418 da Lei nº 6.404/1976, que os impeçam de exercer a atividade mercantil, estando cientes de que quaisquer crimes previstos em lei, ou que os impeçam de exercer a atividade mercantil, não serão considerados impedimentos para a assinatura de termos de posse no livro próprio nesta data e dispostos no **Anexo II**, da 3.4 Tendo em vista já desempenharem outras funções no grupo da Sociedade, com relação às quais já são remunerados, os Diretores da Sociedade não farão jus à percepção de remuneração adicional pelo exercício da administração da Sociedade, razão pela qual não será fixada remuneração global, nos termos do artigo 152 da Lei das S.A., para o exercício de 2022. **IV - DAS PUBLICAÇÕES DA SOCIEDADE:** 4.1 A única Sócia decide aprovar que as publicações oficiais da Sociedade sejam realizadas no jornal “Diário de Notícias”. Adicionalmente, deliberam os sócios que os Diretores eleitos realizem as publicações legais nos prazos previstos nas leis aplicáveis. **V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:** 5.1 Por fim, a única sócia da Sociedade dá por efetivamente transformada a sociedade empresária limitada em uma sociedade anônima, sob a denominação de “**CENTRAL SOLAR ZEBU I.S.A.**”, em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. E, por estarem juntos e contratados, assinam a 9ª Alteração do Contrato Social da Central Geradora Fotovoltaica Zebu Ltda. em 03 (três) vias de igual teor para todos os fins de direito. São Paulo, 13 de maio de 2022. **Sócia: EDP RENOVÁVEIS BRASIL S.A.** - Por Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Diretor; **EDP RENOVÁVEIS BRASIL S.A.** - Por Luis Fernando Mendoça de Barros Filho - Diretor; JUCESP/NIRE 3530059665-0 em 15/07/2022. JUCESP nº 362.825/2-1 em 15/07/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **ANEXO I - ESTATUTO SOCIAL - CAPÍTULO I - Denominação, Sede, Foro e Prazo de Duração: ARTIGO 1º** Sob denominação de **CENTRAL SOLAR ZEBU I.S.A.** (a “Companhia”) opera a sociedade anônima, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **ARTIGO 2º** A Companhia tem sede e foro na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º andar, Sala 52, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **PARÁGRAFO ÚNICO** - A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, arbir, transferir, e/ou encerrar filiais, agências, escritórios e representações e quaisquer outros estabelecimentos para a realização das atividades da Companhia, no Brasil ou em outro país da América do Sul. **ARTIGO 3º** A Companhia tem por objeto a produção, instalação, manutenção, operação e comercialização de energia elétrica, a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a produção de energia solar de origem e natureza solar dos projetos: UVF Zebu I, UVF Zebu II, UVF Zebu IV, UVF Zebu V, UVF Zebu VI, UVF Zebu VII, UVF Zebu VIII, a comercialização da energia gerada por estes empreendimentos, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. **CAPÍTULO II: Capital Social e Ações ARTIGO 5º** O capital social é de R\$ 3.599.032,00 (três milhões, quinhentos e noventa e nove mil, e trinta e dois reais), representado por 3.599.032 (três milhões, quinhentas e noventa e nove mil e trinta e duas) ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal. **PARÁGRAFO 1º** - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. **PARÁGRAFO 2º** - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **PARÁGRAFO 3º** - A propriedade de ações presumirá-se pela inscrição dos nomes dos acionistas no livro de “Registro das Ações Nominativas”. Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de “Transferência de Ações Nominativas”. Mediante solicitação de qualquer acionista, a Companhia deverá emitir certificados de ações. Os certificados de ações deverão ser assinados por 2 (dois) Diretores ou por 1 (um) Diretor juntamente com 1 (um) procurador legal com poderes especiais. **CAPÍTULO III: Assembleia Geral: ARTIGO 6º** A Assembleia Geral reunir-se-á, na forma da lei, ordinariamente dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social de cada ano. **ARTIGO 7º** Os acionistas poderão ser representados por outros acionistas ou procuradores. **ARTIGO 8º** Dependendo da aprovação de, no mínimo, metade das ações com direito a voto nos termos do artigo 136 da Lei das Sociedades por Ações, para deliberação sobre a Assembleia Geral da Companhia: (i) Aumento do capital social; (ii) Alteração do Estatuto Social da Companhia; (iii) Celebração de qualquer contrato relacionado à emissão de valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia; (iv) Resgate, amortização ou aquisição de ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (v) Aprovação das demonstrações financeiras anuais ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (vi) Alteração da política de dividendos da Companhia; (vii) Alteração dos direitos das ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (viii) Realização de Oferta Pública Inicial de ações de emissão da Companhia; (ix) Ingresso com pedido de recuperação judicial, falência, dissolução liquidação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 25/2023 cujo objeto é a **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE HIPOCLORITO DE SÓDIO A 12% ESPECIAL PARA TRATAMENTO DE ÁGUA DAS PISCINAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ORLÂNDIA-SP.** O período de envio das propostas será de **08/03/2023 até 20/03/2023** às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia **20/03/2023** às 14:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição, no setor competente, ao custo de R\$ 20,00 e na Internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 08/03/2023. Orlandia, SP, 02 de Março de 2023. SERGIO AUGUSTO BORDIN JUNIOR. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, por determinação do Prefeito Municipal, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, observada a necessária qualificação, que está promovendo, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, a licitação de MENOR PREÇO GLOBAL, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, sob o regime de execução indireta, EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL: **TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2023 - PROCESSO Nº 071/2023** OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DOM WALTER BINI, NO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA”. Os envelopes “HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA DE PREÇOS” serão recebidos até as 09h00min do dia 22 de março de 2023, na sala de licitações - Paço Municipal, sito à Rua Coelho Neto, 73 - Araçatuba – SP. VALOR ORÇADO PELO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA: Os custos estimados totais da obra e dos serviços pelo Município, incluindo os Benefícios de Despesas Indiretas – BDI – tributos e leis sociais são de R\$ 377.733,04 (trezentos e setenta e sete mil, setecentos e trinta e três reais e quatro centavos). Origem dos Recursos: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) provenientes do Convênio nº 103868/2022 da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo, e o restante de contrapartida do município de Araçatuba. O Edital será disponibilizado gratuitamente através do site: www.aracatuba.sp.gov.br. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Araçatuba, 03 de março de 2023. ANA CAROLINA DOS REIS - Divisão de Licitação e Contratos

Prefeitura Municipal de Limeira
LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA
EDITAL Nº 47/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50.582/2022
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 47/2023
OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA REFORMA DA ESTUFA DO VIVEIRO MUNICIPAL DE MUDAS NATIVAS, PERTENCENTES A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA PARA ATENDER AO SISTEMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 17/03/2023 às 09:30 horas.
O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos sem custo no site da Prefeitura Municipal de Limeira: www.limeira.sp.gov.br ou mediante a gravação em mídia, desta forma o interessado deve comparecer com mídia gravável no Departamento de Gestão de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Limeira, no horário das 9h00 às 18h00, de segunda a sexta-feira, na Rua Dr. Alberto Ferreira, nº 179 – Centro ou ainda mediante o recolhimento da taxa de R\$ 0,33 (trinta e três centavos) por folha de acordo com o Decreto Municipal nº 474 de 28 de dezembro de 2021.
Limeira, 03 de março de 2023
Departamento de Gestão de Suprimentos

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

PREGÃO PRESENCIAL ABERTO JUNTO AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES: Nº: 006/2023 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO, LOCAÇÃO